



GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO
DA CULTURA

DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE

PLANO DE ATIVIDADES 2015



Nota Introdutória

A Direção Regional da Cultura do Algarve abrange na sua actuação o conjunto dos 16 municípios que compõem o Distrito de Faro, Região do Algarve.

A missão do organismo é caracterizada da seguinte forma nos termos do n.º 1, do art. 2º do Decreto Regulamentar 34/2007 de 29 de Março, na sua área de atuação geográfica e em articulação com os serviços e organismos da PCM na área da cultura:

Missão:

“criação de condições de acesso aos bens culturais, o acompanhamento das atividades e a fiscalização das estruturas de produção artística financiadas pelos serviços e organismos da área da cultura, o acompanhamento das ações relativas à salvaguarda, valorização e divulgação do património cultural imóvel, móvel e imaterial, e o apoio a museus.”.

Visão:

Ser reconhecido como serviço de referência nos domínios do apoio à defesa, à salvaguarda e à valorização do património cultural imóvel, móvel e imaterial, mas também da actividade e da identidade cultural, da região do Algarve.

Valores:

Responsabilidade, Compromisso, Integridade, Cooperação e Partilha.

Atribuições:

Nos termos do Decreto-Lei n.º 114/2012 de 25 de maio, na sua área de atuação geográfica e em articulação com os serviços e organismos da PCM da cultura, a Direção Regional da Cultura do Algarve prossegue as seguintes atribuições:

- a) Assegurar o acompanhamento das atividades e colaborar na fiscalização das estruturas apoiadas pelos serviços Diário da República, 1.ª série — N.º 102 — 25 de



maio de 2012 2769 e organismos da Presidência do Conselho de Ministros (PCM) na área da cultura, em articulação com a Direção-Geral das Artes (DGARTES);

b) Apoiar iniciativas culturais locais ou regionais, de caráter não profissional, que, pela sua natureza, correspondam a necessidades ou aptidões específicas da região;

c) Propor à DGPC o plano regional de intervenções prioritárias em matéria de estudo e salvaguarda do património arquitetónico e arqueológico, bem como os programas e projetos anuais e plurianuais da sua conservação, restauro e valorização, assegurando, em articulação com a DGPC, a respetiva promoção e execução;

d) Gerir os monumentos, conjuntos e sítios que lhe forem afetos e assegurar as condições para a sua fruição pelo público;

e) Assegurar a gestão das instituições museológicas que lhe forem afetas.

3 — As DRC prosseguem ainda as seguintes atribuições:

a) Pronunciar -se, nos termos da lei, sobre planos, projetos, trabalhos e intervenções de iniciativa pública ou privada a realizar nas zonas de proteção dos imóveis classificados ou em vias de classificação;

b) Acompanhar e fiscalizar a execução de intervenções nas zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação;

c) Pronunciar -se e submeter a apreciação da DGPC os estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados como monumento nacional ou interesse público, ou em vias de classificação, e nas zonas de proteção dos imóveis classificados afetos à DGPC;

d) Instruir e submeter à apreciação da DGPC os processos de classificação e fixação das zonas especiais de proteção de imóveis de interesse nacional e de interesse público;

e) Acompanhar, de acordo com as orientações e diretivas emanadas pela DGPC, as ações de salvaguarda e valorização do património arquitetónico e arqueológico;

f) Apoiar e colaborar na inventariação sistemática e atualizada dos bens que integram o património arquitetónico e arqueológico;

g) Participar, nos termos da lei, na elaboração dos planos diretores municipais, bem como apoiar a DGPC na elaboração de estudos de impacte ambiental, dos planos de pormenor de salvaguarda e de reabilitação urbana e demais instrumentos de gestão territorial;



- h) Emitir parecer sobre planos, projetos, trabalhos e intervenções de iniciativa pública ou privada com impacto arqueológico no património arqueológico, arquitetónico e paisagístico;
- i) Instruir e submeter à apreciação da DGPC os pedidos de autorização para a realização de trabalhos arqueológicos, bem como enviar os respetivos relatórios;
- j) Fiscalizar e acompanhar os trabalhos arqueológicos autorizados pela DGPC;
- k) Promover a sensibilização e a divulgação de boas práticas para a defesa, valorização do património cultural arquitetónico e arqueológico, nomeadamente através de ações educativas e de formação em articulação com a DGPC;
- l) Emitir parecer sobre o manifesto interesse público de projetos enquadráveis no âmbito do mecenato cultural e sobre quaisquer outras matérias que lhe sejam solicitadas no âmbito dos serviços e organismos da área da cultura;
- m) Dar apoio técnico, em articulação com a DGPC, a museus integrados na Rede Portuguesa de Museus que não lhe tenham sido afetos;
- n) Apoiar a DGPC na inventariação de manifestações culturais tradicionais imateriais, individuais e coletivas, nomeadamente através do seu registo videográfico, fonográfico e fotográfico;
- o) Articular-se com outras entidades públicas ou privadas que prossigam atribuições ou objetivos fins na respetiva área de intervenção, com a finalidade de incentivar formas de cooperação integrada a desenvolver e concretizar mediante protocolos ou contratos -programas.

Caracterização do Ambiente Interno

A Lei Orgânica da Presidência do Conselho de Ministros – Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro – define no artigo 29.º as Direções Regionais de Cultura como “serviços periféricos da PCM na área da cultura, que têm por missão, na sua área de atuação geográfica e em articulação com os organismos centrais da PCM, na área da cultura, a criação de condições de acesso aos bens culturais, o acompanhamento das actividades e a fiscalização das estruturas de produção artística financiadas pelos serviços e organismos da área da cultura, o acompanhamento das ações relativas à salvaguarda, valorização e divulgação do património arquitetónico e arqueológico, e ainda o apoio a museus”.



Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio define no número 2 e 3 do artigo 2.º as atribuições das Direcções Regionais de Cultura. Estes serviços periféricos da administração direta do Estado, dotados de autonomia administrativa, atuam em duas áreas principais:

1. na salvaguarda e gestão do património cultural; e,
2. na promoção da criação artística, neste caso com duas vertentes uma de fiscalização das estruturas financiadas pelos organismos da PCM da área da cultura e uma outra, no apoio ao tecido cultural não profissional da sua área territorial.

O referido diploma legal de constituição das DRC's cria também o lugar de Diretor Regional e de Diretor de Serviços. Posteriormente, a Portaria n.º 227/2012, de 3 de agosto fixa o número de Unidades Orgânicas Flexíveis – que no caso da Direcção Regional de Cultura do Algarve se traduziu em apenas 1.

A Direcção Regional de Cultura do Algarve criou por Despacho da Diretora Regional a seguinte unidade orgânica flexível: Divisão de Administração e Recursos (Despacho n.º 11147/2012, de 16 de agosto) (conforme figura n.º 1 que apresenta o actual organograma da Direcção Regional da Cultura do Algarve).

Estrutura Orgânica:

A Direcção Regional de Cultura do Algarve possui oito monumentos afetos, dos quais quatro têm abertura regular ao público com bilheteira: ruínas romanas de Milreu (Faro); Monumentos megalíticos de Alcalar (Portimão), Ermida de Nossa Senhora da Guadalupe (Vila do Bispo) e Fortaleza de Sagres (Vila do Bispo). Um está inserido no âmbito de actuação da Câmara Municipal de Loulé e do seu Museu Municipal, o Castelo de Loulé (Loulé); outro tem protocolo de gestão partilhada com a Câmara Municipal de Albufeira e prevê-se a abertura regular ao público no corrente ano, o Castelo do Paderne (Albufeira) e outro está a ser gerido em conjunto com a Câmara Municipal de Portimão (Alcalar); as ruínas romanas da Abicada (Portimão) encontram-se sem abertura ao público; o Castelo de Aljezur (Aljezur) aguarda resposta à proposta de protocolo para gestão partilhada com a Câmara Municipal de Aljezur e encontra-se aberto sem bilheteira.

Figura n.º 1 – Organograma da Direcção Regional da Cultura do Algarve



A DRC Algarve dispõe em 2015 para a prossecução dos seus objetivos, projetos e atividades, de um total de 39 trabalhadores inscritos no Mapa de Pessoal, aprovado, que se caracterizam conforme o quadro abaixo indicado. Este número representa um decréscimo de 11,36% de pessoal em relação ao ano anterior, ao que acrescem 2 baixas médicas prolongadas, que têm afectado largamente a actuação deste organismo.

O mapa de pessoal para 2015 inclui um total de 39 pessoas distribuídas em termos de categorias da seguinte forma:

Figura n.º 2 – Distribuição dos colaboradores por áreas funcionais

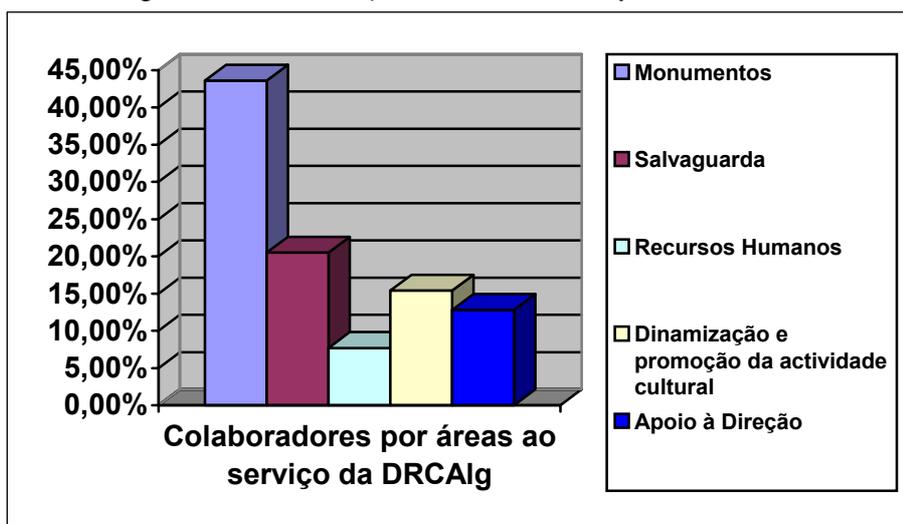
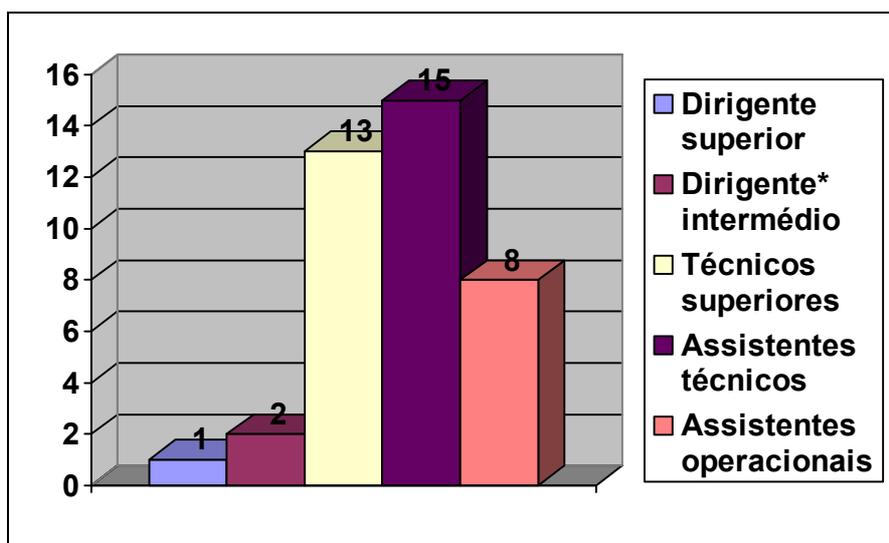


Figura n.º 3 – Distribuição dos colaboradores por categorias no Mapa de Pessoal 2015



(*) inclui Director de Serviços de Bens Culturais e Chefe de Divisão de Administração e Recursos

A distribuição dos colaboradores pelos espaços físicos sob gestão da Direção Regional efectua-se da seguinte forma:

1. Sede da Direcção Regional de Cultura em Faro: 3 dirigentes (1 Diretora Regional, 1 Diretor de Serviços, 1 Chefe de Divisão), 9 técnicos superiores, 5 assistentes técnicos e 4 assistentes operacionais.
2. Monumentos Afetos
 - 2.1 Fortaleza de Sagres: 3 técnicos superiores, 9 assistentes técnicos e 6 assistentes operacionais;
 - 2.2 Ruínas romanas de Milreu: 2 assistentes técnicos e 1 assistente operacional.
 - 2.3 Ermida de Nossa Senhora da Guadalupe: 1 assistente técnico.
3. No final de 2013 verificou-se a saída de 3 assistentes técnicos e 2 assistentes operacionais, perfazendo 5 trabalhadores, por rescisão por mútuo acordo, 1 assistente operacional por aposentação, a 1/1/2014. Em 01/02/2014 verificou-se a



saída de 1 técnico superior – área de direito – por aposentação, não existindo mais nenhum técnico superior na área de direito.

Num mapa de pessoal de 44 trabalhadores existe uma redução de 7 pessoas no espaço de 1 ano – 16% –, devido a rescisão por mútuo acordo e aposentação.

Constantes do Mapa de Pessoal mas que não se encontram ao serviço existem duas pessoas por baixa médica prolongada: um técnico superior (da DSBC, colocado na sede) e um assistente técnico (colocado na Fortaleza de Sagres).

Sobre os recursos humanos existem algumas preocupações prementes, originadas pelas reduções de pessoal resultantes de rescisões, licenças sem vencimento e reformas, mas também pela urgente necessidade de consolidação das mobilidades:

1. A dificuldade de conseguir manter a abertura dos monumentos e/ou o seu horário alargado, sobretudo o caso da Fortaleza de Sagres, mas também das Ruínas Romanas de Milreu;
2. A necessidade de concurso interno para preencher o lugar de arquiteto, uma vez que compromete o cumprimento das nossas atribuições e se encontra preenchido em regime de mobilidade;
3. A reforma de várias pessoas, comprometendo a qualidade do serviço público, nomeadamente na área de direito e com a previsão para a saída para aposentação no próximo ano do único Engenheiro Civil dos Serviços (que esperamos resolver através de uma mobilidade);
4. A necessidade de consolidação da mobilidade do coordenador técnico de Recursos Humanos, pois é atualmente o único trabalhador nessa área;
5. A saída por rescisão por mútuo acordo de 3 assistentes técnicos e 2 assistentes operacionais comprometendo a abertura e normal funcionamento dos monumentos;
6. A necessidade de pessoal administrativo para a DAR pois atualmente existem apenas 4 colaboradores, incluindo a chefe de divisão, para todo o apoio administrativo, expediente, recursos humanos, contabilidade, aprovisionamento, arquivo, apoio aos monumentos.
7. A necessidade de 1 administrativo para a DSBC para apoio à Direção de Serviços e técnicos da DSBC.



Há mais de 6 meses que se aguarda resposta a um pedido de mobilidade de um assistente técnico da Câmara de Vila do Bispo para a Fortaleza de Sagres, para fazer face à dificuldade de ter todos as valências da Fortaleza em funcionamento.

Caracterização do Ambiente Externo

A posição geográfica do Algarve coloca-o na ponta sul do país e por isso longe dos principais aglomerados populacionais, pelo que as dinâmicas associadas a estes recursos têm que envolver os visitantes – turistas da região para que consiga a afirmação que se pretende. Numa abordagem macro cultural, nos anos 90 do século XX verificou-se um elevado investimento, sobretudo de âmbito municipal que se prolongou até anos mais recente em novos equipamentos culturais.

A oferta de equipamentos conta com mais de 241 espaços culturais que incluem arquivos, bibliotecas, galerias, museus e salas de espectáculos (teatros, cineteatros, cinemas). Todos os municípios possuem pelo menos um espaço cultural ou uma galeria, ou um núcleo museológico.

A base de dados regional conta também com um número de mais de 304 instituições culturais com actividade na região, ainda que esta informação careça de actualização.

Importa referir também que a rede de Bibliotecas Públicas abrange todos os municípios (com excepção de Monchique), a Rede de Museus do Algarve (que inclui todos os concelhos com museus, excluindo Monchique e Vila do Bispo).

Neste momento o Algarve conta apenas com 4 museus acreditados na Rede Nacional de Museus (Faro, Tavira, Portimão e Albufeira), mas outros 3 têm o processo iniciado. A Rede Regional de Museus por sua vez, tem um carácter informal e promove o desenvolvimento de projectos conjuntos, a partilha de experiências educativas e de formação entre museus, assim como, promove o intercâmbio técnico em várias áreas como é o caso da arqueologia e da conservação e restauro. Desde 2014, a Direção Regional da Cultura do Algarve também passou a integrar esta Rede e com frequência promove ações de formação destinadas aos técnicos dos museus.

Na sequência destas outras redes também os Arquivos se juntaram criando uma rede regional e prosseguindo objectivos semelhantes. Os teatros estão também a desenvolver um percurso semelhante assente sobretudo numa programação em rede.



Em 2014 foi revisto o regulamento dos Apoios ao Associativismo, tendo em vista a criação de critérios associados a uma definição de estratégia regional para a cultura e a separação dos Apoios à Edição, dos demais apoios à ação cultural. Esta separação permitiu que se começasse a pensar numa linha editorial da Direção Regional da Cultura do Algarve.

A concentração de actividades, de espaços e de agentes culturais na faixa litoral da região, que coincide com as áreas de maior densidade populacional, levaram à introdução de factores de ponderação na matriz que procuram dar contributos para um combate à desertificação cultural do interior e para uma maior democratização cultural.

Por outro lado, a responsabilidade da marca da Direção Regional da Cultura do Algarve no apoio às edições (livros, música e filmes) levou a que para além da separação destes apoios dos demais, se criasse uma comissão regional de especialistas para promover uma avaliação de base científica e académica dos trabalhos a apoiar anualmente.

As bandas filarmónicas, as casas do povo e os grupos folclóricos têm também uma representação mais homogénea na faixa central do Algarve e possuem um papel fundamental na manutenção e promoção dos valores culturais tradicionais pelo que têm merecido uma atenção nos apoios e actividades deste organismo.

Em termos de projectos artísticos de dimensão regional e âmbito profissional temos a destacar a ACTA – A Companhia de Teatro do Algarve que através do seu projecto educativo – o VaTe (Vamos apanhar o teatro) descentraliza as suas propostas levando ao interior e a comunidades de menor dimensão um autocarro que inclui um pequeno auditório para as representações; a Orquestra Clássica do Sul (antiga Orquestra Regional do Algarve), que é gerida pela Associação de Música do Algarve e que tem como associados 14 dos 16 municípios algarvios, bem como a Universidade do Algarve e a Região de Turismo do Algarve, com a mudança da designação a Associação está a trabalhar no sentido de ter como associados os Municípios do Alentejo, bem como a Região de Turismo do Alentejo e a Universidade de Évora; o Laboratório de Artes Criativas de Lagos, com forte presença das artes plásticas, das artes visuais, da música e da pintura e que promove residências artísticas com o apoio da DGArtes e o espaço alternativo que possui uma maior presença da dança – o CAPA - Centro de Artes Performativas do Algarve, gerido pela associação Devir em Faro.



De referir também o Conservatório Regional de Música do Algarve (em Faro), o Conservatório de Música de Albufeira, o Conservatório de Música de Olhão, o Conservatório de Vila Real de Santo António e um conjunto de várias Academias (com grande destaque para Lagos, Portimão, Loulé e Tavira) que promovem o ensino artístico na região com especial enfoque na música. As bandas e grupos filarmónicos também possuem associadas escolas de música, o que possibilita uma ampla cobertura do território em termos de formação musical.

No domínio do património cultural, compete à Direção Regional de Cultura definir uma estratégia regional de intervenção no património cultural edificado e estabelecer prioridades para as ações de salvaguarda e valorização, já que tem entre as suas atribuições a elaboração de um Plano Regional de Intervenções Prioritárias, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do art.º 2.º do Decreto Lei n.º 114/2012, de 25 de maio.

Este Plano fundamenta a proposta anual, a apresentar à DGPC das intervenções em matéria de estudo e salvaguarda no património arquitectónico e arqueológico, bem como os programas e projetos, anuais e plurianuais, da sua conservação, restauro e valorização, procurando garantir, articuladamente com a entidade nacional de tutela, a promoção e execução das ações.

Desde Janeiro de 2010 que se iniciou a elaboração regular do Plano Regional de Intervenções Prioritárias para o Algarve/PRIPALG, com o levantamento do património em risco na região, o que tem permitido estabelecer prioridades regionais e definir investimentos e prazos de intervenção. Estas prioridades têm ajudado também a definir as intervenções dos municípios e contribuído para a seleção dos apoios a obras no âmbito do quadro de regional de financiamentos no âmbito do Programa Operacional Regional.

A metodologia utilizada neste instrumento operativo tem privilegiado um diálogo com os Municípios e constitui-se como um documento aberto, sendo atualizado anualmente, facilitando uma ação regional concertada.

A partir de 2012, que em face das circunstâncias de remodelação dos serviços decorrente do PREMAC, se tem procedido apenas a uma atualização pontual da tabela de análise e ao restabelecimento ocasional de prioridades.

Os critérios de prioridade nas intervenções distinguem-se em duas vertentes: salvaguarda e valorização, e estabelecem três ordens de critérios de prioridade: de índole patrimonial, socioeconómica e material.



Relativamente às intervenções em bens culturais imóveis classificados, verifica-se que durante o ano de 2014 foram efetuadas obras de consolidação/conservação ou restauro em 18 imóveis classificados de grau nacional, entre os quais se contam 8 Monumentos Nacionais mas apenas 1 monumento afeto à DRCAlg (Torre e Muralhas de Sagres, MN).

O PRIPALG 2014, que avalia o estado de conservação do património classificado e prioriza as intervenções a realizar em 2015, foi realizado em cooperação com 14 das 16 autarquias da região e identifica as necessidades de consolidação/conservação prioritária em 60 imóveis classificados de grau nacional. No âmbito do levantamento realizado, os municípios identificaram também necessidades de intervenção prioritária em 3 imóveis classificados de grau municipal e em 7 edifícios com relevância arquitetónica que consideram vir a merecer classificação (não tendo ainda, contudo, desencadeado o respetivo procedimento).

Uma particular relevância é conferida às necessidades de intervenção em bens culturais imóveis classificados de grau nacional que se encontram ameaçados pela instabilidade das arribas e pelo recuo da linha de costa, contando-se um total de 8 imóveis classificados nesta situação, entre os quais 1 Monumento Nacional (Torre e Muralhas de Sagres), situação que foi monitorizada em cooperação com a APA/ARH-Algarve.

As necessidades de intervenção identificadas em imóveis classificados de grau nacional e de grau municipal apresentam uma clara discrepância, verificando-se um maior peso daqueles, mas tal fica a dever-se a que, na região, o número de imóveis classificados com grau nacional (26 Monumentos Nacionais e 102 de Interesse Público) supera amplamente os classificados com grau municipal (33).

Esta situação não é anómala se comparada com o resto do país mas deverá ser tendencialmente corrigida, no sentido de inverter o panorama regional atual, onde apenas num município (Silves) os imóveis classificados de grau municipal superam, embora apenas ligeiramente, os de grau nacional (19 para 17), incentivando os municípios a desencadearem procedimentos de proteção legal para os imóveis com relevância a nível concelhio.

No Algarve, o Estado Português administra diretamente oito destes «sítios», mediante a sua afetação à Direção Regional de Cultura do Algarve. São imóveis classificados como bens culturais de grau nacional, preservados e preparados de forma a possibilitar o



acolhimento simultâneo de públicos diversificados, entre os quais, estudantes, visitantes e turistas.

Esses oito sítios desempenham um papel incontornável na programação de atividades de extensão cultural: na mediação de saberes, na conceção e curadoria de exposições, na qualificação das experiências de visita turística, na mobilização de recursos, mormente voluntariado e na angariação de financiamentos.

Figura n.º 4 – Caracterização do Ambiente Externo

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Clima ameno, hospitalidade e ambiente de segurança que se vive na região que contribuem para a atratividade turística da região e para para a fixação de estrangeiros residentes que possuem hábitos de consumo cultural• Maior disponibilidade de trabalho em rede pelos diferentes níveis de organismos da administração pública de diferentes áreas• Taxas de crescimento muito positivas do turismo internacional devido às perturbações políticas e económicas de alguns mercados concorrentes• Tecido cultural jovem e dinâmico apesar das dificuldades de apoio• Oportunidades de cooperação transfronteiriça com a Andaluzia que revela interesse em trabalhar em projectos conjuntos de reabilitação e valorização patrimonial• Conjunto de equipamentos com boas condições de acolhimento de diversidade de eventos• Definição de estratégia conjunta entre a educação e a cultura em termos nacionais, estabelecendo-se como objectivo obrigatório a constituição do perfil cultural dos alunos ao longo da sua vida escolar• Presença na região da Universidade do Algarve que tem vindo a desenvolver o ensino mas também a investigação nos	<ul style="list-style-type: none">• Dificuldades financeiras dos municípios que estrangulam a capacidade de investimento em programação cultural e o apoio ao associativismo nestas áreas• Apoio às artes na região tem sido muito reduzido comparativamente ao resto do país e descontinuado em alguns projectos• Desinvestimento da administração central numa Agenda regional de eventos com vista à dinamização cultural do Algarve• Tecido cultural profissional muito débil e com dificuldade de circulação para fora do Algarve• Dificuldades de organização e mobilização dos movimentos de cidadania para o apoio voluntário nestas áreas• Incapacidade de investimento na salvaguarda do património cultural classificado da região por falta de investimento público (nível local, regional e nacional) mas também pela baixa comparticipação dos fundos europeus na região que obrigam a uma contrapartida pública muito elevada• Total desinteresse e apoio mecenático do tecido empresarial regional às artes, cultura e património



domínios das artes, do património e da cultura com capacidade e potencial de desenvolvimento

Neste contexto, de uma região ainda com assimetrias no acesso à cultura e aos bens culturais é de referir o papel das autarquias como fundamental quer na realização de infra-estruturas culturais, quer no apoio aos agentes culturais do respetivo concelho. Contudo, falta ainda conseguir mais projetos de complementaridade territorial, para que a região possa beneficiar do conjunto.

No decurso deste ano outros desafios na documentação e inventariação, e também no apoio à preservação do Património Cultural Imaterial da região do Algarve foram sendo desenvolvidos e 2015 trará as primeiras propostas de inscrição no inventário nacional do PCI.

As indústrias criativas também fizeram parte da agenda na relação com o CRIA da Universidade do Algarve e com a CCDR Algarve foram-se estreitando relações e apoio ao design e aos ofícios.

Em 2014 teve também lugar o 1º Prémio Regional Maria Veleza que promove personalidades da região procurando contribuir para a afirmação e valorização da cultura na região.

Assistiu-se igualmente a um estreitamento da relação entre o turismo e a cultura, nos domínios da valorização, da promoção e da divulgação de vários projectos de cooperação transfronteiriça e internacionais, nomeadamente na definição de itinerários e percursos regionais: Descubritter, Rota do Umayyad e Rota do Al-Mutamid.

O ano de 2015 será um ano de continuidade deste trabalho, procurando melhorar a estratégia de comunicação e o trabalho em rede.

Preocupam-nos o défice de apoio às actividades artísticas nos primeiros ciclos de ensino, a manutenção futura e a sustentabilidade das poucas estruturas profissionais existentes na região e a oportunidade de aparecimento de outras que possam contribuir para a qualificação artística e cultural da região, a incapacidade existente no momento dos municípios para apoiar as artes e a cultura, e a nossa dificuldade de investimento na manutenção e salvaguarda dos monumentos e do património classificado da região.



Na área do património cultural e da sua preservação e divulgação temos assistido a uma maior consciência deste recurso como uma riqueza endógena que pode e deve ser potenciada no *cluster* regional da cultura e do turismo. A realização de estudos, sobretudo no campo disciplinar da arqueologia, bem como a musealização de alguns sítios arqueológicos tem contribuído para a criação de rotas temáticas.

Identificação dos stakeholders

No âmbito de atuação das DRC's definido pelo Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio, os principais *stakeholders* identificados e que contribuem, também, para o desenvolvimento da missão e/ou que são os seus destinatários identificam-se no quadro abaixo.

Figura n.º 5 – Caracterização do Ambiente Externo

Parceiros e Clientes
Tutela (Presidência do Conselho de Ministros/ Secretário de Estado da Cultura)
Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros
Organismos da Administração Pública Central e Regional, dos quais se destacam: <ul style="list-style-type: none">- DGPC – Direção Geral do Património Cultural- DGArtes – Direção Geral das Artes;- GEPAC – Gabinete de Estratégia Planeamento e Avaliações Culturais;- DGAEP – Direção Geral Administração e Emprego Público;- DGeste (Direção de Serviço dos Estabelecimentos Escolares do Algarve).
Outros organismos regionais, dos quais se destacam: <ul style="list-style-type: none">- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve;- Universidade do Algarve;- AMAL - Área Metropolitana do Algarve- RTA – Região de Turismo do Algarve Através da realização de projetos pontuais ou de parcerias mais alargadas na área patrimonial e de criação artística.
Agentes culturais profissionais – através do acompanhamento e avaliação das atividades apoiadas pelos organismos da área da cultura da PCM, nomeadamente a DG Artes.
Agentes culturais não profissionais – através do apoio ao associativismo cultural e à valorização e divulgação dos trabalhos de criação, produção e divulgação das artes na região.
Universidade do Algarve/Grupos de Investigação, Grupos de Ação Cultural e Biblioteca Central
A Diocese do Algarve, as Misericórdias do Algarve e outras entidades privadas detentoras de património classificado que carece de acompanhamento na análise dos seus projectos de intervenção.
As autarquias – como parceiras para a salvaguarda do património e para a realização de iniciativas conjuntas e apoio aos agentes culturais locais, bem como para a implementação de uma estratégia cultural regional.
Cidadãos e população em geral – através da análise de processo de obras, do apoio à classificação de imóveis, de emissão de certidões.



Visitantes dos monumentos afetos – através de inquéritos e de caixas de sugestões possibilitando a aferição do grau de satisfação dos mesmos.

População escolar – através da oferta de iniciativas na área da Educação Patrimonial.

Tipificação dos serviços fornecidos/produtos/destinatários

Os serviços prestados pela Direcção Regional de Cultura do Algarve emanam das atribuições definidas nos números 2 e 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio. No desenvolvimento da sua actividade e no âmbito das atribuições identificadas a Direcção Regional de Cultura do Algarve presta os serviços enunciados no quadro seguinte e disponibiliza os seguintes produtos:

Figura n.º 6 – Serviços e Fornecedores

Direcção Regional de Cultura do Algarve		
Serviços	Principais produtos	Destinatários
Apoiar iniciativas culturais locais ou regionais que, pela sua natureza, correspondam a necessidades ou aptidões específicas da região e não integrem programas de âmbito nacional	Relatórios de acompanhamento e finais das iniciativas; Realização de edições; Divulgação na página WEB de iniciativas, facebook, blog e outros meios de divulgação	Associações culturais Agentes culturais
Apoiar agentes, estruturas, projetos e ações de carácter não profissional nos domínios artísticos e da cultura tradicional	Regulamento de Apoio ao Associativismo; Relatório de análise das candidaturas; Relatório de acompanhamento e final das candidaturas; Realização de espetáculos, exposições, colóquios, edições; Publicitação na página WEB, facebook, blog e outros meios de divulgação	Associações culturais Agentes culturais não profissionais
Assegurar o acompanhamento das atividades e a fiscalização das	Relatório de acompanhamento a entregar à DGArtes	Agentes culturais profissionais



estruturas apoiadas pela área da cultura da PCM		
Propor à DGPC o plano regional de intervenções prioritárias em matéria de estudo e salvaguarda do património arquitetónico e arqueológico	Elaboração e atualização do plano Publicitação na página WEB, facebook, blog e outros meios de divulgação	Autarquias Direção Geral do Património Cultural
Assegurar, no âmbito das respetivas atribuições, a representação da DRC em sede da elaboração dos planos directores municipais bem como apoiar a DGPC na elaboração de estudos de impacte ambiental, dos planos de pormenor de salvaguarda e de reabilitação urbana e demais instrumentos de gestão territorial	Participação nas comissões de acompanhamento e emissão de pareceres	Autarquias Comissão Coordenação Regional do Algarve Direção Geral do Património Cultural
Acompanhar e fiscalizar a execução de intervenções nas zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação.	Emissão de pareceres	Direção Geral do Património Cultural
Pronunciar-se e submeter a apreciação da DGPC os estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados como monumento nacional ou interesse público, ou em vias de classificação, e nas zonas de proteção dos imóveis classificados afetos à DGPC.o	Emissão de pareceres	Direção Geral do Património Cultural
Instruir e submeter à apreciação da DGPC os processos de classificação e fixação das zonas especiais de proteção de imóveis de interesse nacional e de interesse público.	Emissão de pareceres	Direção Geral do Património Cultural
Acompanhar, as ações de salvaguarda e valorização do património arquitetónico e arqueológico.	Emissão de pareceres	Direção Geral do Património Cultural
Emitir parecer sobre planos, projetos, trabalhos e intervenções de iniciativa pública ou privada com impacto arqueológico.	Emissão de pareceres	Direção Geral do Património Cultural



Apoiar e colaborar na inventariação sistemática e atualizada dos bens que integram o património arquitetónico.e arqueológico.	Informação	Direção Geral do Património Cultural
Instruir e submeter à apreciação da DGPC os pedidos de autorização para a realização de trabalhos arqueológicos.	Instrução de processos	Direção Geral do Património Cultural
Fiscalizar e acompanhar os trabalhos arqueológicos autorizados pela DGPC.	Elaboração de relatórios	Direção Geral do Património Cultural
Gerir os monumentos afetos e assegurar as condições para a sua fruição pelo público	Assegurar a abertura dos monumentos à fruição pública Realização de materiais de divulgação e pedagógicos dos monumentos Realizar e execução de programas de manutenção dos monumentos Realização e execução de programas de Educação Patrimonial	População em geral Escolas
Realizar o processo instrutório de licenciamento de obras em imóveis e sítios classificados, ou em vias de classificação, nas respetivas zonas de protecção, bem como nas áreas com sensibilidade arqueológica, realizar processos instrutórios de propostas de classificação e instruir os processos de licenciamento de trabalhos arqueológicos.	Emissão de pareceres instrutórios para decisão vinculativa ou para envio à DGPC Emissão de pareceres e instrução de processos de classificação para decisão da DGPC Publicitação das consultas públicas dai decorrentes na página Web, no facebook, no blog e noutros meios de divulgação	Autarquias locais População em geral
Dar apoio técnico, em articulação com a DGPC, a museus integrados na Rede Portuguesa de Museus e a outros localizados na região	Emissão de pareceres técnicos; Realização de visitas técnicas	Museus e entidades museológicas da região Autarquias Privados que façam a gestão de museus
Dar apoio técnico, em articulação com a DGPC, a processos de inventariação e registo do Património Cultural Imaterial	Emissão de pareceres técnicos; Realização de visitas de levantamento e registo das práticas e manifestações de PCI	Autarquias Agentes culturais População em geral
Emitir parecer sobre projetos enquadráveis no âmbito do mecenato cultural e	Emissão de pareceres técnicos Informações	Gabinete do Secretário de Estado da Cultura



sobre quaisquer outras matérias que lhe sejam solicitadas no âmbito dos serviços e organismos da área da cultura.		GEPAC
---	--	-------

II. Objetivos Estratégicos

Os objectivos estratégicos delineados para o ano de 2015, e nos quais se enquadram os objectivos operacionais a prosseguir no mesmo ano são os seguintes:

OE1: Valorizar o capital humano

Objectivo Operacional 1.1: Manter atualizados os instrumentos de gestão cultural estratégicos para a região e desenvolver instrumentos de apoio à respetiva monitorização.

Objectivo Operacional 1.2: Estabelecer parcerias e identificar financiamentos com vista à implementação do **Projecto Barómetro Regional para as Artes e Cultura do Algarve (BRACALG)** (informação estatística) – há algum histórico no seio da CCDRALgarve pois procederam, via protocolo com o INE, a um trabalho de vários indicadores que incluíam os da Cultura e que podíamos tentar alimentar com várias parcerias: CRIA/Universidade do Algarve, CCDRALg, INE, DRCALG e talvez um parceiro privado (a estudar e dependente de financiamento no seio do novo PO Regional).

Objectivo Operacional 1.3: Desenvolvimento de candidatura para a viabilização de uma **Plataforma Regional das Artes e Cultural (PRACultAlg)** (identificação e georreferenciação dos equipamentos, monumentos, vestígios arqueológicos, das rotas, agenda, produção cultural e indústrias criativas na região).

Objectivo Operacional 1.4: Promover o **estudo de públicos dos monumentos do Algarve** (não existe nenhum até ao momento, mas dependentes de financiamento).

OE2: Promover o desenvolvimento de plataformas de TIC e de indicadores

Objectivo Operacional 2.1 Melhorar os sistemas de informação e comunicação da DRCAIlg.

Objectivo Operacional 2.2 Criar e continuar a desenvolver a imagem e linha editorial para as publicações e material promocional.

OE3: Assegurar a melhoria contínua no processo de cooperação regional

Objectivo Operacional 3.1: Promover a inventariação de manifestações culturais tradicionais imateriais, individuais e coletivas, através do registo videográfico, fonográfico e fotográfico.



OE4: Melhorar os processos de comunicação externa e interna

Objectivo Operacional 4.1- Monitorizar os indicadores de desempenho das unidades homogéneas (imóveis afetos), de forma a garantir a sua comparabilidade.

Objectivo Operacional 4.2 - Promover a formação profissional.

Objectivo Operacional 4.3 – Promover a medicina no trabalho.

OE5: Conservar, salvaguardar e valorizar os bens culturais

Objectivo Operacional 5.1. Concretizar parcerias que contribuam para a salvaguarda e valorização dos bens culturais e patrimoniais da região.

OE6: Reforçar o valor percebido da cultura

Objectivo Operacional 6.1. Concretizar parcerias que contribuam para a salvaguarda e valorização dos bens culturais e patrimoniais da região.

Objectivo Operacional 6.2. Adotar procedimentos de boas práticas no atendimento ao cidadão e monitorização do grau de satisfação dos cidadãos e clientes da DRCAlg e visitantes dos monumentos.

OE7: Democratizar o acesso à cultura

Objectivo Operacional 7.1 Adotar procedimentos de boas práticas no atendimento ao cidadão e monitorização do grau de satisfação dos cidadãos e clientes da DRCAlg e visitantes dos monumentos.

OE8: Aumentar as receitas próprias

Objectivo Operacional 8.1. Concretizar parcerias que contribuam para a salvaguarda e valorização dos bens culturais e patrimoniais da região.

Objectivo Estratégico 1: Valorizar o capital humano

Objectivo Operacional 008: Promover a formação profissional					
Nr.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Respon- sabilidade
		Meta	Indicador	Meio de verificação	
16	Frequência de ações de formação, seminários, workshops, sessões de esclarecimentos, entre outros, pelos trabalhadores da	40%	Taxa de frequência (trabalhadores da DRCAlg) em sessões formativas.	Relatório de Atividades; RAF; Balanço Social	DAR



DRCALG					
Objectivo Operacional 009: Promover a medicina no trabalho					
Nr.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Respon- sabi- lidade
		Meta	Indicador	Meio de verificação	
17	Submissão dos trabalhadores a consulta médica no âmbito da segurança e saúde no trabalho.	70%	N.º de trabalhadores submetidos a consulta médica no âmbito da segurança e saúde no trabalho/N.º total de trabalhadores em 2015.12.31*100	Relatório de Atividades; Balanço Social; Contab; Processo Individual	DAR

Objectivo Estratégico 2: Promover o desenvolvimento de plataformas de TIC e de indicadores

Objectivo Operacional: OO1. Melhorar os sistemas de informação e comunicação da DRCAlg					
Nr.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Responsabi- lidade
		Meta	Indicador	Meio de verificação	
1	Realização de ações de comunicação	4	N.º de ações para melhorar comunicação interna e externa.	Relatório de Atividades	DSBC
2	Monitorização trimestral	431.075	Número de visitantes/espectadores	Relatório de Atividades / relatório de indicadores de desempenho das unidades homogéneas / plataformas eletrónicas (cultalg.pt, monumentosdoalgarve.pt, pt-pt.facebook.com/DRCAlg)	DSBC/DAR
Objectivo Operacional 010: Monitorizar os indicadores de desempenho das unidades homogéneas (imóveis afetos), de forma a garantir a sua comparabilidade.					
Nr.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Responsabi- lidade
		Meta	Indicador	meio de verificação	
18	Relatórios de	59 dias	Prazo para	Relatório de	DSBS/DAR



	Monotorização		realização relatório anual, expresso em dias.	Atividades; Relatório de Monitorização	
--	---------------	--	---	--	--

Objectivo Estratégico 3: Assegurar a melhoria contínua no processo de cooperação regional

Objectivo Operacional Oo6. Concretizar parcerias que contribuam para a salvaguarda e valorização dos bens culturais e patrimoniais da região

NR.	Actividades/Projectos	Indicadores			Responsabilidade
		Meta	Indicador	meio de verificação	
13	Património Arquitetónico, Arqueológico e Paisagístico	2	Número de propostas de candidatura ou Integração de candidaturas de rotas temáticas.	Relatório de Atividades; Contab; Formulários	DSBC
14	Património Arquitetónico, Arqueológico e Paisagístico	7	N.º reuniões com entidades externas relativas a propostas de parceria.	Relatório de Atividades; Atas Reunião; Contab;	DSBC

Objectivo Estratégico 4: Melhorar os processos de comunicação externa e interna

Objectivo Operacional OO1. Melhorar os sistemas de informação e comunicação da DRCAlg

NR.	Actividades/Projectos	Indicadores			Responsabilidade
		Meta	Indicador	meio de verificação	
1	Realização de ações de comunicação internas e externas	4	N.º de ações para melhorar comunicação interna e externa	Relatório de Atividades	DSBC/DAR
2	Monotorização trimestral	431.075	Número de visitantes/espeta dores	Relatório de Atividades / relatório de indicadores de desempenho das unidades homogéneas / plataformas eletrónicas	DSBC/DAR



				(cultalg.pt, monumentosd oalgarve.pt, pt- pt.facebook.co m/DRCAlg)	
Objectivo Operacional OO2. Criar e continuar a desenvolver a imagem e linha editorial para as publicações e material promocional					
NR.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Responsabi- lidade
		Meta	Indicador	meio de verificação	
3	Promoção e Divulgação	10	Prazo para o desenvolvimento da linha editorial e design para as publicações da DRC em meses.	Relatório de Atividades / Contab	DSBC

Objectivo Estratégico 5: Conservar, salvaguardar e valorizar os bens culturais

Objectivo Operacional OO3. Promover a salvaguarda, valorização e proteção do património cultural da região					
NR.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Responsabi- lidade
		Meta	Indicador	meio de verificação	
4	Património Arquitectónico, Arqueológico e Paisagístico	8	N.º de procedimentos submetidos à DGPC de classificação de imóveis e ZEP	Relatório de Atividades; Ulisses	DSBC
5	Património Arquitectónico, Arqueológico e Paisagístico	7	Número de acções de conservação e de requalificação do património	Relatório de Atividades; Ulisses	DSBC
6	Património Arquitectónico, Arqueológico e Paisagístico	4	N.º de processos de inventariação de Património Cultural Imaterial a acompanhar	Relatório de Atividades; Ulisses	DSBC
7	Património Arquitectónico, Arqueológico e Paisagístico	70%	Acompanhamento das intervenções de conservação e restauro nos imóveis	Relatório de Atividades; Ulisses; Atas/Livros de	DSBC



			classificados e património integrado (N.º de intervenções monitorizadas/N.º de intervenções*100)	Obra	
8	Património Arquitetónico, Arqueológico e Paisagístico	11	Prazo de apresentação do relatório das prioridades de intervenções de salvaguarda dos bens culturais da região, em meses.	Relatório de Atividades;	DSBC
Objectivo Operacional Oo6. Concretizar parcerias que contribuam para a salvaguarda e valorização dos bens culturais e patrimoniais da região					
NR.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Responsabilidade
		Meta	Indicador	meio de verificação	
13	Património Arquitetónico, Arqueológico e Paisagístico	2	Número de propostas de candidatura ou Integração de candidaturas de rotas temáticas.	Relatório de Atividades; Contab; Formulários	DSBC
14	Património Arquitetónico, Arqueológico e Paisagístico	7	N.º reuniões com entidades externas relativas a propostas de parceria.	Relatório de Atividades; Atas Reunião; Contab;	DSBC

Objectivo Estratégico oo6: Reforçar o valor percebido da cultura

Objectivo Operacional oos: Promover o apoio e o acompanhamento das atividades culturais apoiadas na região					
NR.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Responsabilidade
		Meta	Indicador	meio de verificação	
10	Apoio à Ação Cultural	41	Número de projectos de criação e produção artística/cinematográfica apoiados	Relatório de Atividades; Contab; Gerfip	DR/DAR
11	Apoio à Ação Cultural	20	N.º de actividades, ações e eventos	Relatório de Atividades;	DR/DAR



			organizados e apoiados pela DRCAlg	Contab	
12	Apoio à Ação Cultural	80%	Taxa de eventos próprios acompanhados.	Relatório de Atividades; Contab	DR/DAR
Objectivo Operacional 006: Concretizar parcerias que contribuam para a salvaguarda e valorização dos bens culturais e patrimoniais da região					
NR.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Responsabilidade
		Meta	Indicador	meio de verificação	
13	Património Arquitectónico, Arqueológico e Paisagístico	2	Número de propostas de candidatura ou Integração de candidaturas de rotas temáticas.	Relatório de Atividades; Contab; Formulários	DSBC
14	Património Arquitectónico, Arqueológico e Paisagístico	7	N.º reuniões com entidades externas relativas a propostas de parceria.	Relatório de Atividades; Atas Reunião; Contab;	DSBC
Objectivo Operacional 007: Adotar procedimentos de boas práticas no atendimento ao cidadão e monitorização do grau de satisfação dos cidadãos e clientes da DRCAlg e visitantes dos monumentos					
NR.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Responsabilidade
		Meta	Indicador	meio de verificação	
15	Património Arquitectónico, Arqueológico e Paisagístico	11	Prazo de apresentação dos resultados de questionário aos visitantes dos monumentos com entrada controlada, com tratamento dos respetivos dados, em meses.	Relatório de Atividades; Contab	DSBC

Objectivo Estratégico 7: Democratizar o acesso à cultura**Objectivo Operacional 001: Melhorar os sistemas de informação e comunicação da DRCAlg**



Nr.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Responsabi- lidade
		Meta	Indicador	meio de verificação	
1	Promoção e Divulgação	4	N.º de ações para melhorar comunicação interna e externa	Relatório de Atividades	DSBC
2	Promoção e Divulgação	431.075	Número de visitantes/ espectadores	Relatório de Atividades / relatório de indicadores de desempenho das unidades homogéneas / plataformas eletrónicas (cultalg.pt, monumentosdoalg arve.pt, pt-pt.facebook.com/D RCalg)	DSBC
Objectivo Operacional 005. Promover o apoio e o acompanhamento das atividades culturais apoiadas na região					
NR.	Actividades/ Projectos	Meta	Indicador	meio de verificação	Responsabi- lidade
10	Apoio à Ação Cultural	41	Número de projectos de criação e produção artística/cine matográfica apoiados	Relatório de Atividades; Contab; Gerfip	DR/DAR
11	Apoio à Ação Cultural	20	N.º de actividades, ações e eventos organizados e apoiados pela DRCAlg	Relatório de Atividades; Contab	DR/DAR
12	Apoio à Ação Cultural	80%	Taxa de eventos	Relatório de Atividades;	DR/DAR



			próprios acompanhad os.	Contab	
--	--	--	-------------------------------	--------	--

Objectivo Estratégico 8: Aumentar as receitas próprias

Objectivo Operacional OO4: Aumentar as receitas próprias					
NR.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Responsabi- lidade
		Meta	Indicador	meio de verificação	
9	Gestão Administrativa	4%	Aumento da receita cobrada no ano de 2015, em comparação a receita orçamentada para o ano de 2015 (Receitas cobradas em 2015/Receita orçamentada para 2015*100)	Relatório de Atividades; GerFip	DAR
Objectivo Operacional Oo6: Concretizar parcerias que contribuam para a salvaguarda e valorização dos bens culturais e patrimoniais da região					
NR.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Responsabi- lidade
		Meta	Indicador	meio de verificação	
13	Património Arquitectónico, Arqueológico e Paisagístico	2	Número de propostas de candidatura ou Integração de candidaturas de rotas temáticas.	Relatório de Atividades; Contab; Formulários	DSBC
14	Património Arquitectónico, Arqueológico e Paisagístico	7	N.º reuniões com entidades externas relativas a propostas de parceria.	Relatório de Atividades; Atas Reunião; Contab;	DSBC



--	--	--	--	--	--

III. Atividades e projetos

Neste capítulo é apresentada a atividade a desenvolver pela Direção Regional da Cultura do Algarve para 2015 através do seus serviços em torno de 5 pontos principais:

1. Atividades/projetos que concorrem diretamente para a prossecução dos objetivos estratégicos;
2. Atividades/projetos que não estão diretamente relacionadas com objetivos estratégicos;
3. Atividades de suporte e correntes, que asseguram o normal funcionamento da organização e que são fundamentalmente da responsabilidade da DAR;
4. Atividade dos grupos de trabalho internos e de representação institucional.

1. Atividades/projetos que concorrem diretamente para a prossecução dos objetivos estratégicos

Destacamos as atividades e os projetos que consideramos indispensáveis tendo em consideração as necessidades e fragilidades específicas da região, bem como o orçamento de 2015. Assim, na área da salvaguarda e valorização do património:

1. 1 Atividades e projectos que concorrem para a prossecução dos objectivos estratégicos ao nível da salvaguarda e valorização dos Bens Culturais:

- Projeto de Valorização e Requalificação do Promontório de Sagres (2ª fase) – um projeto com a contrapartida nacional assegurada pelo Programa de Intervenção de Turismo, do Turismo de Portugal e pelo PO Algarve 21 no eixo do Património Cultural. Garantir a execução (física e financeira).
- Concretizar a candidatura do Promontório de Sagres a Marca do Património Europeu.
- Atualização e implementação dos Planos de Manutenção dos Monumentos afetos – permitindo realizar um trabalho de conservação preventiva, com duas vantagens claras: conservar continuamente o património e aumentar a oferta de qualidade de visita aos monumentos, o que previsivelmente incrementará a receita;



- Propor e analisar propostas de classificação e executar os procedimentos instrutórios de classificação e definição de ZEP de bens culturais imóveis localizados na região.
- Atualizar o inventário dos bens culturais imóveis da região e atualizar a respetiva cartografia georreferenciada e os conteúdos da base de dados do SI Ulisses.
- Investigação, registo e inventariação de manifestações do Património Cultural Imaterial que possam contribuir para o reforço da identidade regional. Analisar propostas e executar os procedimentos instrutórios de inscrição de bens culturais imateriais no INPCI.
- **Investimento em produtos e conteúdos dos monumentos afetos** – permitindo o aumento de oferta e, conseqüentemente, da receita;
- Continuar a implementação de **ações de articulação com o turismo** e com as autarquias para a valorização e divulgação patrimonial, objetivando a valorização e divulgação do património cultural através do alargamento e preparação de candidaturas de Rotas do Património ‘upgrade’ da Rota de Al-Mutamid/Interreg V; ‘upgrade’ da Rota DESCUBRITER/Interreg V e Espaço Atlântico; preparação da candidatura Rota dos Castelos de Fronteira/Interreg V.
- Salvaguarda dos Bens Culturais Imateriais e apoio à Tutela dos Museus da Rede Portuguesa de Museus/RPM, da Rede de Museus do Algarve/RMA e outros museus e coleções visitáveis;
- Intervenções em imóveis classificados afetos à DRC e em outros bens culturais classificados;
- Preparação e coordenação de projectos regionais que possibilitem a valorização do património religioso do Algarve em associação com o turismo (com entidades proprietárias, a AMAL, a Região de Turismo, o IEFP e a CCDRALgarve). Preparação de candidaturas de intervenção prioritária decorrentes do PRIPALG 2014 ao abrigo do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial.
- Desenvolver o projeto «Articular para Intervir», incorporando o contributo da DRCAlg para o plano de salvaguarda da Dieta Mediterrânica, dinamizando ações em torno da salvaguarda deste PCI da Humanidade da UNESCO.
- Promover o projecto de Valorização e Dinamização do património religioso do Algarve (em parceria com várias entidades: CCDRALg, AMAL, Universidade do Algarve, União das Misericórdias, Diocese do Algarve, IPDJ – Delegação Regional, IEFP- Delegação Regional) (organização de candidatura ao novo PO regional), dirigido à valorização dos templos das comunidades religiosas do Algarve, incorporando o contributo da DRCAlg para o plano de TuRel e eventualmente para a iniciativa «Rota das Catedrais».



- Prestar apoio técnico às Misericórdias existentes na região em conformidade com o Protocolo de colaboração estabelecido entre o SEC e a União das Misericórdias Portuguesas.
- Viabilização através de investimento também público de intervenções em torno de rotas que podem contribuir para maior atratividade do património da região.
- Participar nas reuniões da Rede de Museus do Algarve.
- Instruir os procedimentos de incorporação em museus da Rede Portuguesa de Museus relativos aos espólios procedentes de trabalhos arqueológicos efetuados na região.
- Gerir as reservas de materiais arqueológicos afetas à DRCAlg (atualmente em depósito na Fortaleza de Sagres e no Centro Interpretativo de Milreu) e preparar a instalar reservas de materiais arqueológicos afetas à DRCAlg em Aljezur, em Vila do Bispo e em Castro Marim mediante a implementação de protocolos com as CM de Aljezur, de Vila do Bispo e de Castro Marim.
- Continuar o inquérito aos acervos de materiais arqueológicos existentes em depósitos, coleções visitáveis e museus fora da região.
- Viabilização da criação de um centro de reservas arqueológico do Algarve.

1.2. Na ação e educação cultural

Na área do apoio à acção e educação cultural e à criação artística, consideramos indispensáveis na persecução da nossa missão e atribuições:

- O **apoio à acção cultural** – uma atividade que permite apoiar diversos agentes culturais regionais e colmatar as assimetrias regionais;
- **Projetos de Educação Artística e Patrimonial** – permite uma forte relação com as comunidades e, sobretudo, o alargamento de novos públicos e novos cruzamentos culturais;
- **Promover ações de criação artística e de cruzamentos disciplinares** – aliando a contemporaneidade e a tradição;
- **Realização de iniciativas no âmbito do Programa de Dinamização e Valorização dos Monumentos (DiVaM)** a realizar nos monumentos afetos estando incluídas nas ações do programa quase duas dezenas de agentes culturais.
- Continuação da atribuição do **Prémio Maria Veleza**, iniciado em 2014.
- Continuidade do Concurso “Ler Com” em colaboração com a Direção de Serviços e Estabelecimentos Escolares do Algarve.
- Apoio a edições e a autores que promovam a história, património e cultura portuguesa.



- Continuidade de ofertas formativas aos técnicos de cultura, património, museus e turismo.

1.3 Na estratégia e comunicação:

Na área dos instrumentos de gestão cultural estratégicos para a região:

- Manter atualizado o **Plano Regional de Intervenções Prioritárias**;
- Promover e realizar estudo sobre os públicos culturais do Algarve;
- Dar continuidade à parceria com a Universidade do Algarve para o delinear da estratégia cultural regional;
- Verificar e definir com a Comissão de Coordenação da Região do Algarve – de acordo com o trabalho preparatório realizado em 2014, com o PROTAL, com o PRIPALG e com os trabalhos do Plano Estratégico de Cultura para o Algarve – no âmbito do QEC e das verbas disponíveis e a sua aplicação nas prioridades regionais.
- Publicação dos relatórios das intervenções de conservação, restauro e reabilitação nos bens imóveis classificados e no património integrado.
- Promoção da publicação de estudos científicos sobre os bens culturais da região.
- Produção de Guias, de Roteiros e de outros materiais de divulgação para os monumentos afetos.
- Promover a visita aos monumentos afetos, nomeadamente através do estabelecimento de protocolos de parceria com outras entidades.
- Participar na Feira do Património (em Coimbra) e na Feira da Dieta Mediterrânica (em Tavira).

2. Atividades/projetos que não estão diretamente relacionadas com objetivos estratégicos

Desenvolvimento de Manual de Procedimentos para os vários serviços, pelos próprios e introdução de procedimentos de modernização administrativa que facilitem a acessibilidade do cidadão.



3. Atividades de suporte e correntes, que asseguram o normal funcionamento da organização e que são fundamentalmente da responsabilidade da DAR e da DSBC

Para além das atividade de carácter administrativo e procedimentos financeiros correntes, estabeleceu-se como prioritária para 2015 a mudança de instalações, tendo sido identificado como condicionante principal à melhoria das condições de trabalho da equipa, mas também para a melhor acessibilidade à instituição e sua notoriedade regional.

Inerente a este processo estão vários procedimentos de inventariação, registo e abate de bens que são da responsabilidade da DAR e da equipa constituída para o efeito.

Entre outras tarefas decorrentes das atribuições da DRCAIlg podemos ainda referir:

- executar os procedimentos instrutórios de análise de requerimentos de PATA, de propostas de PIPA e de relatórios de trabalhos arqueológicos;
- monitorizar o estado de conservação dos imóveis afetos atualizando os respetivos Planos de Manutenção;
- executar os procedimentos instrutórios de salvaguarda/licenciamento de obras em imóveis e sítios classificados ou em vias de classificação, nas respetivas zonas de proteção e nas áreas com sensibilidade arqueológica;
- acompanhar as intervenções arqueológicas decorrentes de PATA, incluindo a componente arqueológica das intervenções nos bens imóveis classificados e nos imóveis localizados nas zonas de proteção;
- acompanhar as intervenções de conservação, restauro e reabilitação nos bens imóveis classificados e no património integrado.

Ao nível das actividades de suporte e correntes existem ainda as seguintes actividades e responsabilidades:

Actividade de suporte:		
Planeamento Interno		
Actividades/Projectos	Calendário/periodicidade	Responsabilidade
Actualização do plano anti-corrupção	4º trimestre de 2015	DSBC/DAR
Preparação do plano de actividades	novembro/dezembro	DSBC/DAR
Recolha dos dados para monitorização do QUAR	outubro/novembro	DAR/DSBC
Elaboração do relatório de actividades	março/abril	DAR/DSBC
Preparação do Mapa de Pessoal Anual	Anual	DAR/DR



Preparação do Balanço Social	março/abril	DAR/DR
Entrega da conta de gerência	março/abril	DAR/DR

Actividades correntes:		
Actividades	Calendário/periodicidade	Responsabilidade
Reunião de coordenação interna	trimestral	DSBC/DAR

4. Atividade dos grupos de trabalho internos e de representação institucional.

A DRCA Algarve, pelas suas atribuições, desenvolve atividades de representação em estruturas nacionais. Nos quadros seguintes, está referida a atividade de representação nesses grupos e comissões de cooperação, com indicação das unidades orgânicas da DRCAAlg que as asseguram, e ainda a atividade em grupos de trabalho internos com uma previsão do número de reuniões anuais.

Grupos de Trabalho Internos			
Conselho/Comissão/Grupo	Enquadramento	Unidade Orgânica	Nr. de reuniões (ano)
Comissão de Apoio à Edição	Comissão criada em 2014 com júri externo à DRCAAlg para deliberação de apoios	Diretora e Dr. ^a Natércia Magalhães	03
Grupo do Património Religioso e Turismo	Grupo criado tendo em vista o desenvolvimento do património religioso em rede, com participação da Diocese do Algarve, da União das Misericórdias, IEFP e Região de Turismo do Algarve	Diretora e Dr. ^a Natércia Magalhães	03
Grupos de Trabalho Externos Nacionais e Regionais			
Conselho/Comissão/Grupo	Enquadramento	Unidade Orgânica	Nr. de reuniões (ano)
Comissão de Acompanhamento regional da Dieta Mediterrânica/CCDrAlg e Presidente da Câmara Municipal	Candidatura de Tavira à UNESCO e consagração como Património Imaterial	Diretora	04



de Tavira	da Humanidade		
GT PRVPS	Projeto de Requalificação e Valorização do Promontório de Sagres	DSBC, DAR, Luciano Rafael, Cristina Farias, Luisa Leonor	10
Rede Regional de Museus do Algarve (rede informal)	Rede criada no âmbito dos museus da região que inclui vários grupos de trabalho e procura dinamizar uma intervenção e investigação conjunta no território	DSBC	10
Grupos de Trabalho Externos Internacionais			
Conselho/Comissão/Grupo	Enquadramento	Unidade Orgânica	Nr. de reuniões (ano)
Secção de Património Arquitetónico e Arqueológico do CNC	CNC	Diretora	06-09
Secção de Museus, Conservação, Restauro e Património Imaterial do CNC	CNC	Diretora	06-09

A participação em comissões organizadoras e científicas nos domínios de encontros, seminários e workshops em torno do património e da cultura é também uma constante ao longo do ano, assumindo participação quer ao nível da Direção, quer dos técnicos especializados.

IV. Recursos Humanos e Financeiros

Para o Orçamento de Funcionamento e de Investimento foi atribuído um valor total de € 911.762 a que corresponde € 877.298 para Funcionamento e €34.464 para Investimento.

A Receita Própria proveniente da venda de bens e serviços, inscrita para 2015 totaliza € 672,600.

O Orçamento de Funcionamento desenvolve-se pelas seguintes Atividades:

- Atividades 106 – Qualificação, Promoção e Divulgação Cultural, com uma verba inscrita no total de € 185.442, suportada pela FF 123, destinada a financiar o Apoio à Ação Cultural, Projeto DiVaM – Dinamização e Valorização dos Monumentos, que em 2015 terá como tema central – O Património Imaterial e Raízes



Mediterrânicas, Prémios – Mulheres criadoras de Cultura no Algarve, Estudos sobre Públicos de Cultura, entre outras;

- Atividade 108 – Museus Património Móvel e Imaterial, com uma verba inscrita de € 2.813, suportada pela FF 123, para realização de Formações/Seminários;
- Atividade 109 – Património Arquitetónico, Arqueológico e Paisagístico, na qual se enquadra o projeto co-financiado de “Requalificação e Valorização do Promontório de Sagres” e o projeto “Articular para Intervir”. Esta Atividade é suportada pelas FF 111, 123, 129, 169 e 218;
- Atividade 258 – Gestão Administrativa – suporta todos os encargos com Pessoal, funcionamento corrente, bem como o projeto co-financiado “UMAYYAD”, é suportada pelas FF 111, 123, 167 e 280.

Dividindo-se da seguinte forma os encargos com pessoal:

FF 111 – Encargos com Pessoal – € 847.298

FF 123 – Encargos com Pessoal – € 81.709, corresponde a 12,14% da receita própria.

Destacamos no Orçamento de Funcionamento, dois projetos co-financiados a saber:

O projeto de “Requalificação e Valorização do Promontório de Sagres (2ª fase)”, com a seguinte divisão:

FF 111 – Gestão do projeto – € 30.000

FF 129 – PIPITAL – € 675.468

FF 169 – PIT – € 1.694.477

FF 218 – QREN – € 1.630.630

E o projeto co-financiado “UMAYYAD” – que tem por missão definir um itinerário turístico-cultural sobre o Património Omíada, com a seguinte divisão:

FF 167 – € 2.400

FF 280 – € 21.600

Relativamente ao Orçamento de Investimento considerou-se o projeto 09207 – Projeto de Preservação e Divulgação Cultural e Patrimonial, com um valor inscrito de €€ 34.464, para ações e projetos não co-financiados de forma a garantir a manutenção e pequenos trabalhos de reparação de estruturas patrimoniais dos monumentos afetos à DRALGARVE tendo em consideração que estes estão abertos ao público com bilheteira e necessitam de oferecer um serviço de qualidade, bem como para questões de segurança dos visitantes, bem como em promoção de parcerias com entidades e Associações no



âmbito do património Cultural e o desenvolvimento de ações de educação artística e patrimonial.

a. Orçamento de funcionamento (documento em anexo)

Destaca-se no orçamento de funcionamento, a realização de um projecto financiado pelo PIT, pelo QREN e pelo PIPITAL: “Requalificação e Valorização do Promontório de Sagres “ (2ª fase).

b. Orçamento de investimento (documento em anexo)

No orçamento de investimento está incluído a reabilitação, manutenção, valorização, dinamização e divulgação cultural e patrimonial num valor total de 34.464 euros.

c. Mapa de pessoal (em anexo)

Relativamente aos recursos humanos reforçamos o que já dissemos no capítulo da caracterização, a fragilidade da sua constituição coloca em causa o cumprimento da nossa missão e atribuições, nomeadamente na área da salvaguarda e da abertura ao público dos monumentos afetos. A distribuição dos recursos humanos, tendo em consideração o mapa de pessoal aprovado para 2015 (39 trabalhadores), faz-se da seguinte forma: 43,6% de funcionários afetos aos monumentos, 20,5% na área da salvaguarda; 7,7% de recursos afetos à área de dinamização e promoção da atividade cultural e 15,4% em gestão de recursos humanos e financeiros e direção superior/intermédia e apoio à direção 12,8%. A concentração de recursos humanos na abertura de monumentos ao público prende-se, sobretudo, com a abertura e gestão da Fortaleza de Sagres, monumento que em 2013 significou 95,1 % da nossa receita própria.

Os meus contributos para os objetivos do QUAR:

Medicina no Trabalho

80% - 92%(supera) – 10% de tolerância

- qt 2 - (3 supera? – tenho de rever as formulas do QUAR) – tolerância 1

Pode-se manter a formação para 2015:

35% - 60 %(Supera) – tolerância 10%

d. Plano de Formação (em anexo)



Para o Plano de Formação 2015, a Direção Regional de Cultura do Algarve dispõe da seguinte verba:

- 2.000,00€ - Formação TIC (GERFIP e outros)
- 3.000,00€ - Formação Outros

V. Conclusões

V.1 Metodologia de trabalho

O processo de elaboração do Plano teve início com a informação junto dos técnicos superiores e coordenadores sobre a necessidade de recolha de dados para promover o levantamento, em todas as Unidades Orgânicas, dos dados dos respetivos projetos e atividades a desenvolver em 2015, bem como dos recursos necessários à sua implementação, quer fossem da exclusiva responsabilidade de cada unidade orgânica, quer tivessem uma responsabilidade partilhada.

A informação obtida foi sistematizada e harmonizada, num processo de diálogo com as unidades orgânicas e foi sendo submetida à apreciação superior, tendo daí resultado o presente documento final, associado à proposta de orçamento e a definição das opções para a cultura na região.

A coordenação do processo de elaboração do presente Plano de Atividades foi da responsabilidade da Directora Regional, com o apoio da DAR (Divisão de Administração de Recursos) para a recolha os dados respeitantes aos recursos humanos e financeiros, e do Director de Serviços de Bens Culturais (DSBC) para a definição das actividades e projectos associados aos bens culturais.

V.2 Considerações finais

O plano de actividades é um documento principal de orientação da actuação da Direção Regional pelo que reflecte não só a actividade a desenvolver, mas também as condicionantes da mesma, pelo que se sistematizam alguns pontos críticos identificados.

Dificuldades/Constrangimentos:



- Uma das principais dificuldades resulta do elevado investimento público que deve ser efectuado anualmente para a preservação e manutenção do sítio pelas características da envolvente ambiental que tornam o clima muito agreste à salvaguarda dos seus equipamentos.
- A escassez de fundos públicos e de mecenato cultural na região dificultam a angariação de outras fontes de financiamento.

Trunfos/Oportunidades:

- Tem havido um esforço conjunto da CCDR Algarve e do Turismo de Portugal para a disponibilização de fundos comunitários e de investimento nacional, tendo em vista a salvaguarda e a valorização deste Património que se acredita da Humanidade.
- Existe uma relação de grande proximidade com a autarquia local (Vila do Bispo) e têm sido feitas boas parcerias no desenvolvimento de visitas de estudo e de actividades tendo em vista a sensibilização e promoção do local como património de valor universal.
- Sagres é reconhecido como um sítio 'must-see' pelos operadores turísticos e pelo turismo da região, e os seus valores culturais e ambientais têm sido objecto de promoção pelas várias entidades locais e regionais com responsabilidades na região nestes domínios, incluindo Associações de Desenvolvimento Regional que aí associam eventos com dinâmicas de turismo de natureza e ecoturismo, como é o caso do Festival do Bird Watching e da Bienal do Turismo de Natureza.

Relativamente à concretização da proposta deste Plano de Atividades, nestas notas finais gostaríamos de reforçar quatro aspetos que nos parecem fulcrais no cumprimento da nossa missão e das nossas atribuições:

1. a necessidade de preencher o Mapa de Pessoal, respetivamente nas áreas da salvaguarda e da recepção e vigilância dos monumentos;
2. a necessidade de investirmos na manutenção corrente dos monumentos afetos, permitindo evitar futuras intervenções de fundo muito mais onerosas;
3. a necessidade de diversificar e dinamizar a oferta dos produtos culturais das lojas para aumentar a receita;
4. a necessidade de concretizar a 2.ª fase do projeto de “Requalificação e Valorização do Promontório de Sagres”, uma vez que o investimento será na totalidade suportado pelo Programa de Intervenção do Turismo e por fundos comunitários, através do QREN.



Conscientes da necessidade de contribuir para a diminuição do défice do Estado, finalizamos informando de que apesar desses constrangimentos a preocupação na elaboração desta proposta de Plano de Atividades foi a de manter a qualidade do serviço público prestado. No entanto, a diminuição da capacidade de investimento na região penaliza o cumprimento da nossa missão e atribuições e faz perigar a atividade cultural regional e a salvaguarda e valorização do património.

Na definição deste plano e orçamento tentou-se assegurar os mínimos aceitáveis de apoio à atividade cultural na Região através da manutenção da verba do apoio à Ação Cultural e de minorar a quase ausência de verba para a manutenção e valorização dos monumentos afetos, bem como para intervir nos edifícios prioritários definidos no Plano Regional de Intervenções Prioritárias. Importa, igualmente, mencionar a ausência de orçamento de investimento para a possibilidade de candidatura ao QEC 2014-2020.

Faro, dezembro de 2014

A Diretora Regional,

Alexandra Rodrigues Gonçalves

DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS

Mapa Final do Projecto de Orçamento do Serviço

Ministério: 02 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
 Secretaria: 0 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
 Capítulo: 03 - SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
 Divisão: 06 - DIREÇÃO-REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE

PROG	MED	FUNC	CLASS. ECONÓMICA	DESPESA	FONTES DE FINANCIAMENTO							TOTAL DESPESAS (EM EUROS)	
					RECEITAS GERAIS	RECEITAS PRÓPRIAS	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA		OUTRAS
002	036			GOVERNAÇÃO E CULTURA									
				SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA									
			01	DESPESAS COM O PESSOAL									
			01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES									
		2053	01.01.03	PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DE FUNÇÃO PÚBLICA	493 270	1 200						10 800	505 270
			01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	90 038								90 038
			01.01.10	GRATIFICAÇÕES	1 342								1 342
			01.01.11	REPRESENTAÇÃO	100	13 645							13 745
			01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	100	39 000							39 100
			01.01.14	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E DE NATAL									
			01.01.14.SF	SUBSÍDIO FÉRIAS	49 609								49 609
			01.01.14.SN	SUBSÍDIO NATAL	49 609								49 609
			01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS									
			01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	2 000								2 000
			01.02.04	AJUDAS DE CUSTO	1 500	2 200						1 800	5 500
			01.02.05	ABONO P/ FALHAS	895	6 354							7 249
			01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE	2 166	3 310							5 476
			01.03	SEGURANÇA SOCIAL									
			01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	661								661
			01.03.05	CONTRIBUIÇÕES P/ A SEGURANÇA SOCIAL									
			01.03.05.A0	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL									
			01.03.05.A0.A0	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	148 800	16 000							164 800
			01.03.05.A0.B0	SEGURANÇA SOCIAL	7 208								7 208
				Total do agrupamento	847 298	81 709						12 600	941 607
			02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES									
			02.01	AQUISIÇÃO DE BENS									
			02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		9 746							9 746
			02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		1 769							1 769
			02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		675							675
			02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		7 845							7 845
			02.01.16	MERCADORIAS PARA A VENDA		61 875							61 875
			02.01.21	OUTROS BENS		6 750							6 750
			02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS									
			02.02.01	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES		36 172							36 172
			02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		21 314							21 314
			02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		15 188							15 188
			02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS									
			02.02.04.A0	PRINCÍPIO DA ONEROSIDADE		21 600							21 600
			02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE		7 875							7 875
			02.02.09	COMUNICAÇÕES									
			02.02.09.A0	ACESSOS A INTERNET		5 063							5 063

DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS

Mapa Final do Projecto de Orçamento do Serviço

Ministério: 02 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
 Secretaria: 0 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
 Capítulo: 03 - SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
 Divisão: 06 - DIREÇÃO-REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE

PROG	MED	FUNC	CLASS. ECONÓMICA	DESPESA	FONTES DE FINANCIAMENTO							TOTAL DESPESAS (EM EUROS)	
					RECEITAS GERAIS	RECEITAS PRÓPRIAS	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA		OUTRAS
002	036			GOVERNAÇÃO E CULTURA SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA									
			02.02.09.B0	COMUNICACOES FIXAS DE DADOS		338							338
			02.02.09.C0	COMUNICACOES FIXAS DE VOZ		6 750							6 750
			02.02.09.D0	COMUNICACOES MOVEIS		2 491							2 491
			02.02.09.F0	OUTROS SERVICOS DE COMUNICACOES		1 688							1 688
			02.02.10	TRANSPORTES		1 620							1 620
			02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		1 125							1 125
			02.02.12	SEGUROS									
			02.02.12.B0	OUTRAS		3 943							3 943
			02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		4 650					5 400		10 050
			02.02.15	FORMAÇÃO									
			02.02.15.A0	TECNOLOGIAS DA INFORMACAO E COMUNICACAO - TIC		2 250							2 250
			02.02.15.B0	OUTRAS		3 375							3 375
			02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		2 813							2 813
			02.02.17	PUBLICIDADE		3 375							3 375
			02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		1 371							1 371
			02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA									
			02.02.19.A0	EQUIPAMENTO INFORMatico - HARDWARE		13 500							13 500
			02.02.19.B0	SOFTWARE INFORMatico		5 502							5 502
			02.02.19.C0	OUTROS		563							563
			02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS									
			02.02.20.A0	SERVICOS DE NATUREZA INFORMatica		1 688							1 688
			02.02.20.B0	PAGAMENTOS A ESPAP, IP		43 650							43 650
			02.02.20.C0	OUTROS		76 556					3 600		80 156
			02.02.21	UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES		5 850							5 850
			02.02.22	SERVIÇOS DE SAÚDE		2 441							2 441
			02.02.23	OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE		1 913							1 913
				Total do agrupamento		383 324					9 000		392 324
			04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES									
			04.07	INSTITUIÇÕES S/ FINS LUCRATIVOS									
			04.07.01	INSTITUIÇÕES S/ FINS LUCRATIVOS		159 832							159 832
			04.08	FAMÍLIAS									
			04.08.02	OUTRAS									
			04.08.02.B0	OUTRAS		9 500							9 500
				Total do agrupamento		169 332							169 332
			06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES									
			06.02	DIVERSAS									
			06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS		12 500							12 500
			06.02.03	OUTRAS									
			06.02.03.R0	RESERVA		16 755							16 755

DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS

Mapa Final do Projecto de Orçamento do Serviço

Ministério: 02 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
 Secretaria: 0 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
 Capítulo: 03 - SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
 Divisão: 06 - DIREÇÃO-REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE

PROG	MED	FUNC	CLASS. ECONÓMICA	DESPESA	FONTES DE FINANCIAMENTO						TOTAL DESPESAS (EM EUROS)		
					RECEITAS GERAIS	RECEITAS PRÓPRIAS	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE		FEOGA	OUTRAS
002	036			GOVERNAÇÃO E CULTURA SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA									
				Total do agrupamento		29 255							29 255
		07		AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL									
		07.01		INVESTIMENTOS									
		07.01.07		EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA									
		07.01.07.A0		ADMINISTRACAO CENTRAL - ESTADO									
		07.01.07.A0.A0		HARDWARE DE COMUNICACOES		3 000							3 000
		07.01.07.A0.B0		OUTROS		730							730
		07.01.08		SOFTWARE INFORMÁTICO									
		07.01.08.A0		ADMINISTRACAO CENTRAL - ESTADO									
		07.01.08.A0.A0		SOFTWARE DE COMUNICACOES		3 250							3 250
		07.01.09		EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO									
		07.01.09.A0		ADMINISTRACAO CENTRAL - ESTADO									
		07.01.09.A0.B0		OUTROS		2 000							2 000
		07.03		BENS DE DOMÍNIO PUBLICO									
		07.03.05		BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	30 000		2 369 945	1 630 630					4 030 575
				Total do agrupamento	30 000	8 980	2 369 945	1 630 630					4 039 555
				Total da medida	877 298	672 600	2 369 945	1 630 630				21 600	5 572 073
				Total do programa	877 298	672 600	2 369 945	1 630 630				21 600	5 572 073
				Total da divisão	877 298	672 600	2 369 945	1 630 630				21 600	5 572 073
				Total do capítulo	877 298	672 600	2 369 945	1 630 630				21 600	5 572 073
				Total das Atividades	877 298	672 600	2 369 945	1 630 630				21 600	5 572 073

DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS

Mapa Final do Projecto de Orçamento do Serviço

Ministério: 02 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria: 9 - PCM - PROJETOS - SI

Capítulo: 50 - PROJETOS

Divisão: 39 - DIREÇÃO-REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE

PROG	MED	FUNC	CLASS. ECONÓMICA	DESPESA	FONTES DE FINANCIAMENTO							TOTAL DESPESAS (EM EUROS)		
					RECEITAS GERAIS	RECEITAS PRÓPRIAS	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA		OUTRAS	
002	036			GOVERNAÇÃO E CULTURA										
				SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA										
			02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES										
			02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS										
			02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS										
		2053	02.02.20.C0	OUTROS										34 464
				Total do agrupamento	34 464									34 464
				Total da medida	34 464									34 464
				Total do programa	34 464									34 464
				Total da divisão	34 464									34 464
				Total do capítulo	34 464									34 464
				Total dos Projetos	34 464									34 464
				Total do ministério	911 762	672 600	2 369 945	1 630 630					21 600	5 606 537



DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE

Mapa de Pessoal 2015 - Artigo 5º LVCR

Atribuições/competências/actividades	Unidade orgânica	Cargos/carreiras/categorias							Área de formação académica e/ou profissional	Nº de postos de trabalho	OBS (a); (b)	
		Director-Regional	Director de serviços (1)	Chefe de divisão (1)	Técnico superior	Coordenador técnico	Assistente técnico	Assistente operacional				
Decreto-Lei nº 114/2012, 25/5	Direção Regional	1								1		
					1				História	1		
					1					Economia	1	
								1		Motorista	1	
									Secretária	1		
<i>Subtotal</i>		1	0	0	2	0	1	1		5		
Portaria 227/2012, de 3 de agosto	Direcção de Serviços dos Bens Culturais		1								1	
					1					Engenharia Civil	1	
					2					História	2	
					3					Arqueologia	3	
					1					Sociologia	1	
					1					Arquitectura	1	
								1		Desenho	1	
								11		Recepção	11	
							5	Vigilância	5	4 b)		
							1	Limpeza	1	1 b)		
<i>Subtotal</i>		0	1	0	8	0	12	6		27		
Despacho 11147/2012, de 16 de agosto	Divisão de Administração de Recursos			1							1	
					1					Património cultural	1	
					1					Gestão financeira	1	
					1					Direito	1	
							2			Administrativa	2	
							1	Administrativa	1			
<i>Subtotal</i>		0	0	1	3	2	0	1		7		
<i>Total</i>		1	1	1	13	2	13	8		39		

(1) identificar diploma legal que criou o cargo

(a) - mencionar número de postos de trabalho a preencher com relação jurídica por tempo determinado

(b) - mencionar número de postos de trabalho a tempo parcial



DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE

Plano de Formação 2015

ÁREA	AÇÃO	FORMANDOS						NOTAS
		Dirigente	Téc. Sup.	Ass. Téc.	Ass. Oper.	Informática	Outros	
Formação de dirigentes	Curso Avançado de Gestão Pública (CAGEP)	1						
Assuntos Europeus e cooperação	SABER ELABORAR CANDIDATURAS : “PORTUGAL 2020”		1					
	Cooperação Europeia		1					
Gestão Organizacional	SABER CONSTRUIR O QUAR		1					
Gestão de Pessoas	O REGIME DO CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)		1					
	REGIMES DE FÉRIAS, FALTAS E LICENÇAS (RCTFP)	1		1	1			
	RECRUTAMENTO DE PESSOAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			1				
Assuntos Jurídicos	O CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS: A FASE DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS		1					
	O ESTATUTO DISCIPLINAR DOS TRABALHADORES QUE EXERCEM FUNÇÕES PÚBLICA			1				
Contabilidade e Finanças	PREPARAÇÃO E ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO NOS SERVIÇOS PÚBLICOS	1	1					
	WORKSHOP: A LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO			1				
Liderança e desenvolvimento Pessoal	TÉCNICAS DE MOTIVAÇÃO DE EQUIPAS	1	1					
Tecnologias de informação	A FOLHA DE CÁLCULO EXCEL (2007)		1	1				
	Arquivo			1	1			
Edificação e urbanização	Edificação e Urbanização		1					
Património	Património Imaterial/Cultural	1	2					
Sistema de informação Geografica	Sistema de informação Geografica		1					
Cultura	Assuntos e dinâmicas Culturais		2					
Formação Parceria com IEFP	A definir			4	3			
Formação Interna	Back office - página Cultalg		2					